

## **A Trajetória da Armada da República Argentina \***

CLÁUDIO DE C. SILVEIRA – UNESP/Franca

### ***A Democratização e o Enquadramento dos Militares Argentinos***

Com a democratização, os governos Alfonsín e Menem procuraram subordinar as Forças Armadas (FFAA) ao poder civil e por fim à influência Doutrina de Segurança Nacional (DSN) no seio militar, mas não deixaram de ter vários problemas, como no caso dos levantes de Aldo Rico e Seneldín, respectivamente em 1987 e 1988, e as questões decorrentes da Lei de Obediência Devida e a institucionalização da Comissão Nacional de Desaparecimento de Pessoas (CONADEP). Tais procedimentos contaram com algumas resistências de setores militares argentinos em se auto-depurarem. As propostas de reforma das FFAA envolveram notadamente a educação e a sua fundamentação doutrinária, que passou a ser orientada para a preparação militar para atuar nas missões externas, desmilitarizando as questões de segurança pública e subordinando s militares aos civis. Mormente, todas as controvérsias dos governos Alfonsín e Menem, estes objetivos parecem ter logrado algum êxito, conforme está consubstanciado na Lei de Defesa Nacional, promulgada em 1988. O projeto político-institucional preconizava nos anos 80 a capacitação e a integração das FFAA argentinas com a sua finalidade voltada para o emprego no contexto internacional, evitando deslizes como os acontecimentos nas Malvinas. Assim, o próprio Ministério da Defesa (MINDEF) teria maior legitimidade e força para a elaboração e implementação do planejamento voltado para esse fim. As políticas de pessoal passariam a ser homogeneizadas para facilitar tal planejamento e a aplicabilidade das operações e o reforço dos exercícios combinados. Mas, a

---

\* Este texto é parte da nossa pesquisa de pós-doutorado, intitulada: ***A Formação Militar-Naval Brasil-Argentina no Contexto da Cooperação Regional***, feita na UNESP-Franca (ago. 2003 e jul. 2005) e financiada pelo CNPq.

permanência de questões corporativas e autônomas permitiu que, na prática, cada Força fizesse a sua própria reforma, de acordo com as peculiaridades e interesses de cada uma delas.

O debate parlamentar em torno desse tema foi bastante intenso, o que incluiu as possibilidades de missões internas e externas dos militares, envolvendo o governo e as oposições, além das reivindicações da sociedade civil. Houve uma orientação para a organização de um sistema de defesa nacional, da política de defesa e da política da ciência e tecnologia voltada para a defesa. Além disso, havia a necessidade de desestruturar os padrões ideológicos e culturais das FFAA. O resultado parece ter sido a melhoria da socialização e educação profissional-militar, que se estruturou no mérito, na disciplina, na aptidão e capacidade de renovação do pessoal. Tais mudanças da educação militar argentina possibilitaram a abertura das instituições castrenses aos civis e maior compreensão destes sobre a carreira e a identidade profissional militar, o que resultou nas tentativas de superar a ignorância tradicional que reinou em muito nos dois mundos durante um bom tempo. Um novo ordenamento institucional como esse pode criar um clima de maior confluência que confrontos entre os países do subcontinente e possibilitou a construção de parâmetros de defesa e segurança regional, sem que isso fosse confundido com segurança interna. As mudanças implementadas contribuíram para a “queda do Muro de Berlim” dentro do contexto latino-americano, separando claramente defesa nacional e segurança interna<sup>1</sup>. Entretanto, pode-se observar que houve um refluxo no controle civil sobre os militares no governo do presidente De La Rúa, o que foi acompanhado do “fracasso no exercício de mando” e da “incipiente autonomia” dos militares no alcance de novas missões e funções. Isso se demonstrou na discussão proposta por alguns, a respeito do preparo e do emprego militar em missões internas. Este é o caso dos riscos sobre

---

<sup>1</sup> RODRIGUEZ, G. **Aqueles Soldadinhos de Chumbo...: reforma e doutrina militar na presidência de Raúl Alfonsín através do processo de promulgação da lei de defesa nacional (1983-1988)**, Dissertação de Mestrado em História, FHDSS—UNESP-Franca, 2004.

a infiltração terrorista da Al Qaeda, na Tríplice Fronteira, a partir do atentado ocorrido nos EUA em 11 de setembro de 2001<sup>2</sup>.

### ***A Reestruturação Militar e a Armada Argentina***

Não obstante tais problemas, a montagem de um quadro político-institucional que pudesse ser efetivamente considerado adequado ao contexto democrático foi se desenvolvendo através da elaboração do Libro Blanco em 1999 pelos argentinos, onde, dentre outros aspectos chama à nossa atenção o explicitar da necessidade de intercâmbio, cooperação e integração regional na área de segurança e defesa. Tal publicação foi considerada como um “ponto de inflexão” na relação entre os civis e os militares e no aperfeiçoamento institucional, apesar de críticas.<sup>3</sup>

Os avanços institucionais esbarram em maior aperfeiçoamento do Sistema de Defesa Nacional, na falta de conexão com o instituído legalmente e a situação política vigente e a existência de indefinições, contradições e anacronismos de percepção estratégica que necessitavam ser revistos pelo governo dentro de um novo contexto interno e externo. Particularmente, o autor chama atenção para as tentativas de remilitarização da segurança pública depois do 11 de setembro através da reestruturação operacional das FFAA, como a Armada da República Argentina (ARA) e a da Prefeitura Naval e, ainda das tentativas de mudanças na legislação sobre o serviço de inteligência. Porém, os caminhos adotados parecem indicar uma melhoria da situação, com o tratamento da defesa como uma política de estado e conforme indicam as intenções do documento de Revisión de la Defensa 2001 e com o projeto La Defensa Nacional

---

<sup>2</sup> LÓPEZ, E. **Relaciones Civiles-Militares: pasado, presente y futuro**, Seminário Redes 2003 CHDS / NDU, Santiago do Chile, out. 2003.

<sup>3</sup> SAIN, M. F. **El “Libro Blanco de la Defensa Nacional” en la Argentina: Logros y desafíos de la política de defensa y militar argentina en los comienzos del milenio**. Seminário REDES 2002 CHDS / NDU, Brasília, DF, ago. 2002.

Em outro texto, Sain fez outra análise da situação Argentina onde trata da subordinação militar e da condução civil nas últimas décadas a partir dos governos desde Alfonsín a Kirchner. Ver SAIN, M. F. **Los Civiles y la Defensa Nacional en la Argentina** Seminário REDES 2003, Santiago do Chile, out. 2003.p. 4.

em la Agenda Democrática, feito pelo atual governo. A expectativa é grande, mas deve-se esperar pelos resultados, em função das condicionantes políticas e da capacidade de condução do poder civil.

Assim, o processo de emergência das “novas ameaças”, com os atentados terroristas aos EUA, suscitou a tentativa de redefinição das atribuições constitucionais, conforme fez o ministro da defesa Horácio Jaunarena fez para que as ARA se fundisse á prefeitura Naval, criando assim a Marinha Argentina. O propósito seria o de dotar a corporação de capacidade operativa para as missões de segurança interna e a redução dos custos. Houve um enorme rechaço a tal proposta tanto da parte de civis quanto da parte dos militares. Porém, a confusão estabelecida não abalou seriamente a relação entre civis e militares, mas significou um certo temor de retrocesso institucional em função do avanço Alcançado nos últimos anos. É certo dizer que, apesar disso, o quadro de ordenamento institucional se completou em 1999, posteriormente à promulgação de outras peças jurídicas importantes, tais como a Lei de Segurança Interna, de 1991, a Lei do Serviço Militar em 1994 e a Lei do Recrutamento Militar em 1997. Tal contexto representou a necessidade da adaptação aos novos tempos, de acordo com a perspectiva de valorização da democracia. Neste contexto, verificamos que uma nova mentalidade teve que ser adotada no âmbito civil e militar. A cultura militar foi reformulada de uma postura isolacionista para a aceitação da supremacia da democracia. Para tanto, não somente o Poder Executivo, mas também o Poder Legislativo e o Poder Judiciário deram uma grande contribuição. Isto possibilitou a construção de consensos dentro do Congresso, que passou a agir protagonicamente na valorização e na aplicação da defesa como uma política pública. As resistências civis e castrenses, assim, puderam ser mais facilmente quebradas.<sup>4</sup>

Outro ponto importante foi a participação da sociedade civil nesse contexto, através das ONGs, imprensa, universidades e partidos políticos. É extensa a lista de eventos e

---

<sup>4</sup> MARTINEZ, P. **La Reestrucion de las Fuerzas Armadas y el Rol del Congreso**, La Paz, CHDS/NDU, 2002.

associações civis que estiveram presentes nos debates. Neste caso, é significativo registrar a ausência da maioria das universidades públicas, que permaneceram no cultivo do antimilitarismo acadêmico, fruto dos descaminhos institucionais do passado recente. De todo modo, algumas iniciativas importantes foram feitas no campo educacional, como o intercâmbio entre a Universidade de La Plata e a ARA para a formação dos seus oficiais no setor acadêmico. Outras universidades, como a Universidade del Salvador, Universidade Torquato di Tella, Universidade Católica e a Faculdade de Ciências Econômicas da Universidad de Buenos Aires (UBA) tem dado a sua contribuição.

No tocante à Lei de Reestruturação das FFAA alguns aspectos da formação militar devem ser levados em conta. Primeiro, o caso do fortalecimento da capacitação dos quadros e racionalização e aperfeiçoamento da capacidade operacional militar. Aqui a ARA sofreu transformações ao ter que abrir mão da aviação embarcada com a venda de seu porta-aviões, a despeito de manterá a perspectiva de se organizar como uma Marinha de águas azuis. Do mesmo modo, os fuzileiros tiveram que diminuir suas embarcações a abrir mão do seu navio de desembarque por razões orçamentárias. Este é um tema bastante sensível, pois o problema das restrições orçamentárias afeta a formação e o treinamento militar na ARA e em todas as demais Forças, impedindo um planejamento mais adequado a médio e longo prazo, como podemos observar no questionamento feito por analistas argentinos a serviço do Estado-Maior Conjunto do MINDEF.<sup>5</sup> Segundo, a racionalização organizacional igualmente afetou a formação ao reduzir o efetivo em nome do primado da qualidade sobre a quantidade. Houve também a o uso de pessoal egresso das universidades civis por causa dos imperativos financeiros. Mas isso se tornou um passo importantíssimo a partir de 1992, pois nenhum militar de grau de suboficial para frente poderia permanecer nos quadros

---

<sup>5</sup> MINISTERIO DE DEFENSA- ESTADO MAIOR CONJUNTO DE LAS FUERZAS ARMADAS, **Estudio Comparado de Las Políticas de Defensa**. Op. cit. 2003.p. 200.

castrenses sem a formação de nível superior, conforme explicou-nos o vice-diretor de ensino da ARA, o capitão-de-mar-e-guerra Daniel Martin.<sup>6</sup>

A contribuição das universidades civis se deu ainda da formação dos oficiais em disciplinas e áreas de conhecimento existentes no sistema de ensino e aplicáveis ao mundo profissional militar. Tal fato contribuiu para a melhoria das condições no relacionamento entre civis e militares, criando um impacto positivo no ensino castrense e no acadêmico. Este aspecto é visto por nós como bastante importante porque não só economiza recursos materiais como também amplia as possibilidades da sedimentação da idéia de que a defesa é uma política pública, que possui vários pontos de contato com as diversas áreas da formação técnico-profissional existentes na vida social. O uso de pessoal civil na formação dos militares é um ganho para ambos os setores porque promove maiores condições políticas de respeito mútuo, às instituições democráticas e desfaz laços corporativistas dentro e fora dos quartéis. O funcionamento da educação como um fator de “reconciliação” entre militares e civis, na Argentina democrática, foi também admitida por Andrés,<sup>7</sup> segundo as exigências do Ministério da Educação, para o caso da realidade do Exército.

Em nosso entendimento, a crise econômica e política da Argentina nos governos de Fernando De La Rúa e Eduardo Duhalde também foi um cenário de confusão e temor dentro dos quartéis. Entretanto, o desdobramento dos acontecimentos possibilitou que não houvesse maiores abalos no enquadramento democrático. A passagem para o governo de Nestor Kischner se deu sem traumas institucionais e com grande apoio popular. Esse presidente se encarregou de retomar alguns eventos do passado recente para mostrar à opinião pública e à classe política que as marcas –símbolo da repressão e do autoritarismo deveriam ser apagadas. Isto foi o que ocorreu na Escola Militar, ao retirar o quadro de Leopoldo Galtieri da sua galeria de comandantes. Com a

---

<sup>6</sup> Entrevista concedida ao autor na cidade de Buenos Aires em 10 de junho de 2004.

<sup>7</sup> ANDRES, R. E., **La Consolidación de los Sistemas de Defensa y Seguridad Mediante la Profesionalización del Instrumento Militar y la Idoneidad de los Mecanismos de Supervisión y Control (Caso Argentino)**, Seminário REDES, 2002, Brasília, DF, ago. 2002.

mesma intenção, Kischner promoveu a criação do Museu dos Desaparecidos, nas dependências da Escola de Mecânica da Armada (EsMA), acompanhado de um comício de manifestação política de diversos segmentos da sociedade,. Onde o presidente discursou para uma enorme multidão ao lado do conjunto arquitetônico das escolas navais em Buenos Aires. No mesmo dia, outra multidão tomou a Plaza de Mayo, onde o movimento *piquetero* e as *Avós da Praça de Mayo* lideraram os protestos contra o governo e o FMI e ainda lembraram as vítimas desaparecidas durante o Processo. No dia seguinte às manifestações, a situação político-institucional foi considerada normal, sem que a excitação política oposicionista e conservadora, ou mesmo os militares causassem problemas mais sérios. No tocante à situação política, na ARA as conseqüências foram a suspensão do expediente administrativo para evitar tumultos durante o comício, segundo a informação de seus integrantes, o professor Guillermo Montenegro.<sup>8</sup>

Gostaríamos de chamar à atenção par o esforço governamental e societário que tem havido na Argentina com o intuito der superar tais deficiências, assim como no Brasil, entretanto, com mais efetividade e progresso no campo do controle civil. Em 2003 o MINDEF, chefiado por José Panpuro, organizou, com o apoio do PNUD, uma série de debates, que foram consubstanciados no documento chamado A Defesa Nacional na Agenda Democrática. Tal produção visava o estabelecimento de princípios e perspectivas para a política de defesa. Aqui se estabeleceu que a mesma é um bem e de responsabilidade de todos, onde se pretende refletir sobre os diversos perspectivas em constante diálogo com a pluralidade dos atores envolvidos na vida nacional. O documento está calcado nos valores democráticos e nos interesses permanentes da nação Argentina e, visa contribuir para o aperfeiçoamento da qualidade da vida política e institucional, contribuindo para a paz interna e externa no cenário regional e mundial

---

<sup>8</sup> Entrevista concedida ao autor na cidade de Buenos Aires em 25 de outubro de 2004. Mesmo assim, as manifestações diante dos portões da ESMA continuam ocorrendo, como se pode ver em: **ObservatórioConeSul,-InformeArgentina167.E InformeArgentina185**,[www.observatorioconosur.com.ar](http://www.observatorioconosur.com.ar).

Vários participantes dentre civis (políticos, acadêmicos, advogados, servidores públicos e representantes da sociedade civil), além de militares, fizeram parte do Conselho Assessor e do Conselho Acadêmico do evento. A ARA teve um contingente de aproximadamente 20 oficiais, dentre os que estão no serviço ativo e na reserva. As mesas foram elaboradas da seguinte forma: A Política Externa e Defesa Nacional, O Papel da FFAA, A Defesa e a Comunidade, O Fortalecimento das Instâncias de Coordenação Conjunta, O Instrumento Militar, A Educação na Defesa, A Economia da Defesa Nacional e o Desenvolvimento Científico-Tecnológico, A Mobilização e Recursos, A Inteligência e Defesa. Os temas e questões foram tratados em conjunto com a estrutura institucional estabelecida no arcabouço da legislação concernente à defesa nacional e o Libro Blanco, que foi revisto em 2001. Dentre os itens listados gostaríamos de destacar que existem os temas de interesses vitais clássicos do estado-nação moderno e os itens que foram se consolidando ultimamente no século XX (democracia e direitos humanos, fortalecimento da ONU e da OEA, riscos da globalização). No caso dos interesses estratégicos chamamos à atenção para o desenvolvimento social sustentado com base de C&T e preservação ambiental, assim, como a promoção da defesa e integração no contexto mercosulino, a preservação e valorização da Zona de Paz e Cooperação (ZPCAS), a busca pela paz internacional e a postura da nação Argentina frente às novas e velhas ameaças o futuro da região antártica, a projeção bioceânica do país. Nestes termos, no âmbito sub-regional é manifesto que a Argentina busca a valorização e o fortalecimento do Mercosul ampliado, com as finalidades de promover uma zona de paz de cooperação. Isto serviria como uma das bases de fortalecimento de um sistema de segurança hemisférico, com a preservação das identidades nacionais próprias, além da estruturação de esquemas comuns a todos os países envolvidos, por conta da chamada “multidimensionalidade da segurança hemisférica”.